

# PREGÃO ELETRÔNICO

**12/2026**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

**UASG: 926677**

<b>Data de Abertura: 21/05/2026 às 10:00h</b>	
<b>No sítio: <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a></b>	
<b>Código da Licitação: 90012/2026</b>	<b>Data da Edital: 06/05/2026</b>

## ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOP***

### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

### **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

O valor global anual estimado para a presente contratação é de **R\$ 40.231,02**, e o valor total global (**60 meses**) é de **R\$ 201.155,10 (duzentos e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e dez centavos)**,

A despesa desta licitação onerará o recurso financeiro classificado sob o número:

**- 01.031.3001.4002.3.3.90.40.99.01.100;**

O edital será disponibilizado, sem ônus, no portal eletrônico [www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br) e poderá ser acessado no [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), **a partir das 08h do dia 06/05/2026.**

<b>FUNDAMENTO LEGAL:</b>	<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	<b>MODO DE DISPUTA:</b>
<b>Lei Federal 14.133/2021</b>	<b>Menor preço global ANUAL</b>	<b>Empreitada por preço global</b>	<b>Aberto</b>

<b>Vistoria Técnica</b>	<b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>	<b>EXIGÊNCIA DE LAUDOS</b>	<b>INSTRUMENTO DE AJUSTE</b>
<b>Facultativa</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Termo de Contrato</b>

## Sumário

1. DO OBJETO .....	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	8
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	10
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS) .....	18
8. DOS RECURSOS .....	23
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	25
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	29
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29

## **EDITAL**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

(Processo Administrativo CMC-ADM-2026/00156)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Campinas, por meio do Diretor de Materiais e Patrimônio, sediada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2. A licitação será formada por 01 (um) único item, devendo o licitante ofertar proposta para o quantitativo total.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Esta licitação **destina-se exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e de cooperativas** que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei nº 11.488/07 (art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006), que satisfaçam às exigências fixadas neste edital e seus anexos e estejam com o Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5. Não poderão disputar esta licitação:**

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.5.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. O devedor contumaz, em razão do seu inadimplemento, com fulcro no art. 13, I, 'b', da Lei Complementar Nacional nº 225/2026;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema eventual restrição ou erro de acesso, bem como qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM**.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Havendo divergência entre especificações constantes deste edital ou de seus anexos em relação às especificações contidas no sistema, prevalecerão às constantes deste edital e seus anexos.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM (GLOBAL ANUAL).**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 10,00 (dez reais)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas nas condições do subitem anterior, após concedida a preferência prevista no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, caso haja registro cadastral a que se refere o inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, sendo aplicado, para tanto, o Decreto Federal 11.430/2022 até o advento de regulamentação local superveniente;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.4.O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (nos moldes do Anexo I-A – Modelo de Proposta Comercial), acompanhada dos documentos de habilitação arrolados no item 7 do presente Edital, sem prejuízo de outros documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.19.4.1. O pregoeiro poderá solicitar o envio de catálogos e informações técnicas complementares aptas a comprovar que a proposta atende plenamente às especificações do Termo de Referência.

5.20. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, uma única vez, e por igual período, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Relação de apenados de impedimento de contrato/licitação mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);
- e) Cadastro de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



6.4. Será desclassificada a proposta que:

6.4.1.1. Contiver vícios insanáveis;

6.4.1.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.1.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após tentativa de negociação do pregoeiro;

6.4.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.1.5. Não atender às solicitações do pregoeiro no prazo fixado.

6.4.1.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6. Poderão ser efetuadas diligências, mesmo após finalizado o prazo para apresentação de proposta adequada ao último lance, em prazo razoável e isonômico a ser fixado pelo pregoeiro, prorrogável uma única vez, por igual período:

6.6.1. Para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, caso haja indícios de inexequibilidade;

6.6.2. Para correção de erros formais, que não alterem a substância da proposta, sendo vedada a alteração de marca e/ou modelo inicialmente ofertada;

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)**

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conjuntamente com a proposta atualizada, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro, conforme disposto no item 5.19.4 do presente Edital.

7.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, que serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e deverão estar em nome da pessoa jurídica licitante, são os seguintes:

### **7.2.1. Habilitação Jurídica:**

7.2.1.1. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Tratando-se de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.2.1.3. No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.4. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.2.1.5. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país**, Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.1.6. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.2.1.7. As **Cooperativas de Consumo** deverão encaminhar além de seu ato constitutivo, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional, nos termos do art. 34 da Lei Federal 11.488/07, a fim de comprovar sua equiparação às MEs e EPPs.

7.2.1.8. Os documentos arrolados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

7.2.1.9. **Comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte**, por meio de:

- 7.2.1.9.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerça atividade empresarial;
- 7.2.1.9.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área, que não a empresarial;
- 7.2.1.9.3. Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

**7.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)** do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

7.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da Sede do Licitante, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente, ou através de sistema eletrônico (ficando sua aceitação, nesse caso, sujeita à verificação de veracidade via internet), que demonstre a regularidade, ao menos, do ISS – Imposto sobre Serviços;

7.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.2.6. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

### 7.2.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

7.2.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.2.3.1.1. Se o licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem 7.2.3.1 deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

**7.2.4. Qualificação Técnica:****7.2.4.1. Atestado de Vistoria Técnica (Anexo I-B) ou Declaração de Pleno conhecimento do local, condições e peculiaridades da contratação (Anexo I-C)****7.2.5. Outras comprovações**

7.2.5.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, conjuntamente com a proposta comercial atualizada, declaração subscrita por representante legal do licitante, conforme disposto no **Anexo IV – Modelo de Declarações**.

**7.2.6. Regras Gerais**

7.2.6.1. O descumprimento do prazo de habilitação disposto nos itens 5.19.4 e 7.1 ensejará a inabilitação do licitante.

7.2.6.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa, nos termos do art. 43 e §§ da Lei Complementar nº 123/06.

7.2.6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.6.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação anexados no comprasnet poderão ser enviados em original ou por meio de cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro

7.2.6.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.2.6.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2.6.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.2.6.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.2.6.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.2.6.10. **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.2.6.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor classificado.

7.2.6.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.2.6.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.2.6.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.2.6.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.2.6.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.

7.2.6.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. **a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão, **assim entendido o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação da intenção**;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na forma do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas nº 15/2022.



## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações

dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados **exclusivamente por forma eletrônica**, pelos seguintes e-mails: [licitacoes@campinas.sp.leg.br](mailto:licitacoes@campinas.sp.leg.br) ou [compras.camara.campinas@gmail.com](mailto:compras.camara.campinas@gmail.com)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não** suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. O pregão poderá ser retomado após a homologação da licitação, para aplicação dos procedimentos previstos nos §§ 2º e 8º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exceto aos indicados na minuta de contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em atenção ao disposto na Lei Municipal 15.593/2018, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.290, de 17 de abril de 2019, a Contratada recrutará, preferencialmente, mão de obra oriunda do Programa de Atenção à População em Situação de Rua, “Parceiros da Cidade – Mão Amiga”, devendo, neste caso, entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e

Direitos Humanos – SMASDH, pelos seguintes canais de comunicação: Telefone: (19) 2515-7292; Celular: (19) 99394-0974; Av. Anchieta, 343, 5º andar, Campinas/ SP.

11.10 Em atendimento ao disposto no Comunicado GP 03/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, arrola-se abaixo as regulamentações à Lei nº 14.133/2021, editados no âmbito da Câmara Municipal de Campinas, que poderão ser acessados no seguinte link: <https://sapl.campinas.sp.leg.br/norma/pesquisar>:

11.10.1. Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 (Regulamenta os §§3º e 5º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do legislativo municipal);

11.10.2. Ato da Mesa Diretora nº 01/2024 (Regulamenta o §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de preços e a definição do preço máximo para as contratações por licitação, dispensa ou inexigibilidade);

11.10.3. Ato da Mesa Diretora nº 02/2024 (Regulamenta o §2º do art. 23 da lei nº 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de preços e a definição do preço máximo nos processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia);

11.10.4. Ato da Mesa Diretora nº 05/2024 (Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, em conformidade com o §1º do art. 20 da Lei nº 14.133/2021);

11.10.5. Ato da Mesa Diretora nº 06/2023 (Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual, no âmbito da Câmara Municipal de Campinas);

11.10.6. Ato da Mesa Diretora nº 12/2025 (Regulamenta o procedimento de convocação de licitante remanescente e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de não assinatura contratual ou de rescisão do contrato vigente, conforme artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e endereço eletrônico: <https://transparencia.campinas.sp.leg.br/licitacoes-contratos-convenios-e-obras/licitacoes>

11.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência;
  - ANEXO I-A: Modelo de Proposta Comercial
  - ANEXO I-B: Modelo de Atestado de Vistoria
  - ANEXO I-C: Modelo de Declaração de Conhecimento;
- ANEXO II – Termo de Ciência e Notificação;
- ANEXO III – Minuta de Contrato
- ANEXO IV – Modelo de Declarações

Campinas, 05 de maio de 2026.

**Julio Cesar Favinha**

Diretor de Materiais e Patrimônio



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços de e empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.
1	Contratação de serviços de e empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.		mês	60

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto dessa contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da data estipulada na ordem de serviço, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. Informações complementares quanto à vigência da contratação constam da minuta de contrato.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. Subcontratação**

- 3.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **3.2. Garantia da contratação**

- 3.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **4.1. Condições de execução**

- 4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 4.1.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;

### **4.2. Local da prestação de serviços**

- 4.2.1. Os serviços serão prestados de forma remota, através de acesso estabelecido em acordo com a CONTRATANTE ao sistema de telefonia da Câmara Municipal de Campinas, no seguinte endereço: Avenida da Saudade, 1004, Campinas – SP;

- 4.2.2. Na hipótese de mudança de endereço do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar a(s) mudança(s) lógicas necessárias em seu escopo de serviço para adequação do ambiente, sem custo adicional a CONTRATANTE

## 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. O modelo de gestão do contrato consta do Modelo de Minuta do Contrato.

## 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 6.1. Acordo de Nível de Serviço (ANS)

#### 6.1.1. Classificação de Incidentes

Criticidade	Descrição
<b>Alta</b>	Serviço de telefonia inoperante ou falha crítica com impacto direto na operação institucional
<b>Média</b>	Serviço operacional com falhas parciais sem impacto crítico
<b>Baixa</b>	Problemas pontuais sem impacto relevante na operação

#### 6.1.2. Prazos de Atendimento e Solução (Em horas úteis)

Criticidade	Atendimento Inicial	Atendimento Especialista	Prazo de Solução
<b>Alta</b>	1 Hora	2 Horas	4 Horas
<b>Média</b>	4 Horas	6 Horas	8 Horas
<b>Baixa</b>	6 Horas	24 Horas	30 Horas

### 6.2. Penalidades e Descontos

#### 6.2.1. Dos Níveis de Serviço e Critérios de Medição (ANS/IMR)

- 6.2.1.1. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos nas tabelas deste Termo de Referência acarretará desconto automático no valor da fatura mensal, calculado da seguinte forma:

a) Por Criticidade com prazo em horas: Para os itens de Alta e Média Criticidade, o desconto será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato por hora útil de atraso, contada imediatamente após o esgotamento do "Prazo de Solução". O início da contagem do tempo de solução ocorre com a abertura do chamado técnico (processo de acionamento) pela CONTRATANTE.

b) Por Criticidade com prazo em dias: Para os itens de Baixa Criticidade e demais obrigações com prazos definidos em dias, o desconto será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato por dia útil de atraso, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao vencimento do prazo estipulado.

c) Teto de Desconto: A soma dos descontos previstos nesta cláusula é cumulativa, porém limitada ao teto máximo de 10% (dez por cento) do valor da fatura mensal.

d) Inexecução: Atrasos superiores a 15 (quinze) dias úteis na solução de qualquer chamado ou obrigação, ou o atingimento reiterado do teto de desconto, poderão ser caracterizados como inexecução parcial ou total do objeto, sujeitando a contratada à rescisão e às demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.2.1.2. Aplicação conforme critérios de ANS, sem caracterizar penalidade administrativa.

### **6.3. Do recebimento dos serviços**

#### **6.3.1. Recebimento Provisório**

6.3.1.1. Após a plena disponibilização do serviço, a empresa iniciará a cobrança, por meio da emissão de Notas Fiscais/Faturas mensais, cobrando sempre pelos períodos de serviço já prestados e não cobrados anteriormente.

6.3.1.2. O mês de referência de prestação do serviço para efeito de pagamento será sempre anterior ao de emissão da Nota Fiscal/Fatura, com possível exceção para o primeiro e último mês de prestação do serviço

6.3.1.3. Caso exista desconto por aplicação do ANS no mês de referência ou no mês ao anterior ao de referência e não lançado anteriormente, a CONTRATADA deverá discriminar o desconto na Nota Fiscal/Fatura.

6.3.1.4. As notas fiscais deverão ser enviadas para o e-mail [nfe@campinas.sp.leg.br](mailto:nfe@campinas.sp.leg.br).

#### 6.3.2. **Recebimento Definitivo**

6.3.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo fiscal do contrato mediante aceite da nota fiscal.

#### 6.4. **Do pagamento**

6.4.1. A CONTRATANTE deverá aceitar a Nota Fiscal e atestá-la, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento, ou rejeitá-la e solicitar correções/substituições.

6.4.2. A CONTRATADA deverá enviar, junto com a nota fiscal, a seguinte documentação válida e atualizada:

6.4.2.1. a) a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.4.2.2. b) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente e/ou Estadual;

6.4.2.3. c) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

6.4.2.4. d) a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

6.4.3. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

6.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

6.4.5. É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

6.4.6. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação da Nota Fiscal correta, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 5.4.1

6.4.7. A Câmara Municipal de Campinas providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias corridos após o ateste da Nota Fiscal.

- 6.4.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada
- 6.4.9. Estão incluídos no valor total os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para prestação do serviço.
- 6.4.10. Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança

## **7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

### **7.1. Descrição Geral**

- 7.1.1. O ambiente de telefonia IP da CONTRATANTE possui atualmente, de forma aproximada:
  - 7.1.1.1. Aproximadamente 465 ramais IP configurados;
  - 7.1.1.2. Telefones IP de diferentes fabricantes (Yealink, Mitel, Fanvil, Grandstream ou equivalentes);
  - 7.1.1.3. Softphones;
  - 7.1.1.4. Troncos SIP com operadora de telefonia;
  - 7.1.1.5. Ambiente virtualizado;
  - 7.1.1.6. Solução baseada em Issabel/Asterisk em produção;
  - 7.1.1.7. Integração com sistemas de monitoramento e syslog;

### **7.2. Escopo do Serviço**

- 7.2.1. Suporte Técnico Corretivo
  - 7.2.1.1. Prestação de suporte técnico remoto para:
    - 7.2.1.1.1. Incidentes que causem indisponibilidade total ou parcial do serviço de telefonia;
    - 7.2.1.1.2. Falhas em ramais, troncos SIP, regras de discagem, URAs, grupos de chamada;
    - 7.2.1.1.3. Problemas de registro, áudio, codec, latência ou qualidade de chamadas;
    - 7.2.1.1.4. Apoio técnico na interação com a operadora de telefonia SIP.
- 7.2.2. Manutenção Preventiva sob demanda

7.2.2.1. Quando solicitado pela CONTRATANTE, execução atividades preventivas, incluindo:

- 7.2.2.1.1. Verificação de serviços críticos do Issabel e Asterisk;
- 7.2.2.1.2. Verificação de logs e consumo de recursos (CPU, memória, disco);
- 7.2.2.1.3. Revisão de segurança (SIP, firewall, Fail2Ban ou equivalente);
- 7.2.2.1.4. Aplicação de boas práticas de hardening VoIP;
- 7.2.2.1.5. Validação de backups lógicos da solução.

#### 7.2.3. Manutenção Evolutiva

- 7.2.3.1. Atendimento a solicitações de melhoria e ajustes funcionais, tais como:
- 7.2.3.2. Criação e alteração de ramais, grupos e regras;
- 7.2.3.3. Ajustes em fluxos de chamadas e políticas de discagem;
- 7.2.3.4. Criação, ajustes e customização de funcionalidades do Issabel e Asterisk;
- 7.2.3.5. Inclusão de novos modelos de aparelhos ou softphones;
- 7.2.3.6. Atualização de versão do Issabel, a critério da CONTRATANTE.

#### 7.2.4. Atualizações e Correções

- 7.2.4.1. Aplicação de atualizações evolutivas, corretivas e de segurança do Issabel, Asterisk e sistema operacional, a critério da CONTRATANTE;
- 7.2.4.2. Instalação de plugins e módulos gratuitos compatíveis;
- 7.2.4.3. Criação, ajustes e customização do provisionamento dos aparelhos;
- 7.2.4.4. Planejamento de janelas de manutenção com a CONTRATANTE;
- 7.2.4.5. Procedimentos de rollback em caso de falha.

### 8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 18, IX, da Lei 14.133/2021)

8.1. A contratada deverá possuir, no momento da assinatura do contrato, pelo menos, **uma** das certificações abaixo:

- Profissional com Certificação “DCaP” ou superior do fabricante do software livre Asterisk utilizado na Solução de Telefonia IP;
- ICAE - Issabel Certified Advanced Engineer

### 9. DA ESTIMATIVA DE VALOR E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1.** A estimativa do valor da contratação (Art. 6º, XXIII, alínea "i" da Lei 14.133/2021) encontra-se detalhada no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Mapa de Preços.
- 9.2.** A demonstração da adequação orçamentária (Art. 6º, XXIII, alínea "j" da Lei 14.133/2021) consta da análise de viabilidade do ETP e está devidamente comprovada pela Declaração de Disponibilidade Orçamentária emitida pela unidade financeira competente.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 11.1.** A apresentação da proposta importa submissão total, irrestrita e irrevogável dos proponentes às condições desse Termo de Referência.
- 11.2.** Aplica-se o disposto na Lei 14.133/2021 aos casos omissos.

## **12. LISTA DE ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 12.1.** Integram este Termo de Referência os seguintes documentos:
- Anexo I-A: Modelo de Proposta Comercial;
  - Anexo I-B: Modelo de Atestado de Vistoria
  - Anexo I-C: Declaração de pleno conhecimento do local, condições e peculiaridades da contratação



## ANEXO I-A MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO CMC-ADM-202600.....

### OBJETO:

Contratação de serviços de e empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CNPJ: 49.425.994/0001-87

### DADOS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

I.E.:

ENDEREÇO:

Nº:

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

ESTADO:

CEP:

ENQUADRAMENTO: ☐ ME ☐ EPP ☐ LTDA ☐ S/A ☐ MEI

E-MAIL:

TELEFONE:

### COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

Grupo	Item	Descrição	Qtd	Unid. Med.	Preço Unitário	Preço Total
	01	Contratação de serviços de e empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de	60	meses		

		serviço (ANS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.				
--	--	--	--	--	--	--

<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>	<b>R\$</b>
---------------------------------	------------

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS**

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:**

**VALOR MÍNIMO PARA FATURAMENTO:**

**PRAZO PARA ENTREGA:**

**DADOS BANCÁRIOS**

<b>BANCO:</b>	<b>AG:</b>	<b>C/C:</b>
---------------	------------	-------------

<b>DADOS SÓCIO RESPONSÁVEL:</b>	<b>CPF:</b>
---------------------------------	-------------

1. Declaro para todos os fins de Direito, que recebi e li integralmente o conteúdo do Termo de Referência, relativo ao objeto descrito no cabeçalho deste formulário. Portanto, estou ciente de que o (s) orçamento (s) enviado (s) por esta empresa está estritamente adequado a todas as exigências e condições de contratação de prestação de serviço e/ou fornecimento ali clausuladas, especialmente no que diz respeito a quantidades, unidades, especificações técnicas, forma de apresentação, metodologias e regras de execução, documentações e demais obrigações exigidas. Além disso, estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas e seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do serviço.
2. Declaro, ainda, que se houver alguma incorreção no referido documento (Termo de Referência), seja de ordem técnica ou de restrição no mercado específico de comercialização dos materiais e/ou serviços a serem contratados, que inviabilize ou prejudique o correto fornecimento ou a prestação dos serviços, comunicarei imediatamente através de e-mail de contato, para que a Administração possa tomar as devidas providências de saneamento ou justificar a adoção da questionada medida.
3. Declaro que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no art. 68, VI, da Lei 14.133/2021.
4. Me comprometo a cumprir as obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, sob pena de extinção do contrato, conforme o disposto no art. 137, IX, da Lei 14.133/2021.
5. Observações: É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para qualquer operação destinada a Órgãos Públicos, independentemente do ramo de atividade exercida. (Art. 7º, III da Decisão Normativa CAT-17, de 24-11-2009).
6. É necessária a emissão **Nota Fiscal de Serviços**, de acordo com a Lei Municipal nº 12.392/2005 e lista anexa.

Constitui condição para a contratação com o Poder Público a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

### RESPONSÁVEL PELO ENVIO DA PROPOSTA

<b>NOME</b>
<b>CPF:</b>
<b>CARGO/FUNÇÃO</b>
<b>E-MAIL</b>
<b>TELEFONE</b>

\_\_\_\_\_  
**Local/Data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

### ANEXO I-B

### MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA



V. ....2025

Atesto                para                os                devidos                fins,                que                o(a)  
Sr.(a.) \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_,  
representante da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ  
\_\_\_\_\_ visitou e vistoriou o(s) local(is), onde será(ão) executado(s) os  
serviços, objeto do Processo CMC-ADM-2025/....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025,  
tendo tomado conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para  
cumprimento das obrigações referentes à execução dos serviços.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Servidor designado pela  
Câmara Municipal de Campinas

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

#### **ANEXO I-C**

#### **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL, CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

Ref.: Processo CMC-ADM-2025/.....

À Câmara Municipal de Campinas,

Declaro para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu  
representante \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, que ocupa o  
cargo/função de \_\_\_\_\_, optou por NÃO realizar a visita/vistoria ao(s)  
local(is) de execução dos serviços, e que assumiu todo e qualquer risco por esta decisão por ter  
conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, se comprometendo a  
prestar fielmente os serviços, conforme orientações do Termo de Referência.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante legal da Empresa

**ANEXO II****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

*licitacoes@campinas.sp.leg.br*  
*compras.camara.campinas@gmail.com*  
**Ramal: 1590**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



**MINUTA****CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA DO AMBIENTE DE TELEFONIA IP BASEADO EM ASTERISK ISSABEL, ATUALMENTE IMPLANTADO, CONSOLIDADO E EM PRODUÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, INCLUINDO SUPORTE À INFRAESTRUTURA LÓGICA, INTEGRAÇÃO COM OPERADORA SIP, DISPOSITIVOS TELEFÔNICOS IP E GARANTIA DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (ANS), QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O Município de Campinas, por intermédio da Câmara Municipal de Campinas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.425.994/0001-87, com sede na Av. da Saudade, 1004 - Bairro Ponte Preta, Campinas, Estado de S. Paulo, representada pelo seu Presidente Vereador Luiz Carlos Rossini, domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, Cidade UF, CEP \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, telefone: ( ) \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representado(a) por \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, partes integrantes deste instrumento, **independentemente de transcrição**, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, resultante do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, instruído no Protocolo Interno CMC-ADM-2026/00156, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, atualmente implantado, consolidado e em produção na Câmara Municipal de Campinas, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**MINUTA****CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

2.1 - O contrato terá o prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data estipulada na Ordem de Serviços para início da execução dos trabalhos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - A data de aniversário do contrato será a data estipulada na primeira ordem de serviço, considerado o marco temporal do início da vigência do contrato.

2.3 - A Administração tem a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.3.1 - A extinção mencionada no item 2.3 ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

2.3.2 - A Contratante verificará a manutenção da vantagem da contratação e decidirá sobre a manutenção de sua vigência original, conforme o item 2.1, ou sua extinção, conforme o item 2.3.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PREÇO**

3.1 - O valor total do contrato para prestação do serviço será de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), conforme tabela abaixo:

Item	Especificações	Unid.	Qtd. (Meses )	Valor Unitário Mensal	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do ambiente de Telefonia IP baseado em Asterisk Issabel, incluindo suporte à infraestrutura lógica, integração com operadora SIP, dispositivos telefônicos IP e garantia de níveis mínimos de serviço (ANS).	mês	60	R\$	R\$
<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>					R\$

## **MINUTA**

3.1.1 – Os valores poderão ser reajustados, para mais ou para menos, com base na variação do período do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da data da formação do preço de referência em /\_\_/2026.

3.1.1.1 – O Contratado deverá solicitar o reajuste em até de 2 (dois) meses, contados da data de aniversário da data-base de formação do preço de referência.

3.1.1.2 – Passados 2 (dois) meses da data de aniversário da data-base de formação do preço de referência, o reajuste se operará a partir data da solicitação do Contratado em diante, não retroagindo à data de aniversário da data-base de formação do preço de referência.

3.2 - Ao longo da execução contratual, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro se constatar fato imprevisível ou de difícil previsibilidade que alterou o equilíbrio originalmente avençado no presente contrato.

3.2.1 – A Contratada deverá instruir eventual pedido de reequilíbrio com provas objetivas dos fatos ou situações supervenientes e imprevisíveis ou de difícil previsibilidade que alteraram o equilíbrio econômico-financeiro em relação às condições originais do contrato, sob pena de ter seu pedido indeferido.

3.2.2 - A Contratante deverá responder ao pleito em até 1 (um) mês.

3.3 – Os valores constantes da cláusula 3.1 compreendem todos os custos e despesas necessárias à execução do contrato, compreendendo – mas não se limitando a – a mão de obra empregada, transporte, hospedagem, uniformes, EPI's, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos e quaisquer outros custos e despesas necessários à perfeita execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO**

4.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente de nº 01.031.3001.4002.3.3.90.40.99.01.100.

4.2 - No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no

## **MINUTA**

respectivo orçamento, ficando a Câmara obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimada e, havendo necessidade, a emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 - Além das Obrigações previstas no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência, a Contratante deverá:

5.1.1 - Comunicar à Contratada, imediatamente, quaisquer falhas ocorridas na execução do contrato;

5.1.2 - Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

5.1.3 - Impugnar os trabalhos que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem ônus para a CONTRATANTE;

5.1.4 - Aplicar à Contratada, quando cabíveis, as penalidades regulamentares, contratuais e legais;

5.1.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relacionados ao serviço.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 - Além das obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência, a Contratada deverá:

6.1.1 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.

6.1.1.1 - A CONTRATADA deverá possuir e manter, no momento da assinatura do contrato e durante sua vigência, profissional com Certificação "DCaP" ou superior do fabricante do software livre Asterisk utilizado na Solução de Telefonia IP, ou certificação ICAE - Issabel Certified Advanced Engineer.

6.1.2 - Prestar serviços de suporte técnico corretivo remoto para incidentes, manutenção preventiva sob demanda (verificações, logs, segurança, backups), manutenção evolutiva (melhorias, criação de ramais) e atualizações e correções no ambiente Issabel/Asterisk.

6.1.3 - É expressamente vedada a subcontratação do objeto contratual.

## **MINUTA**

6.1.4 - Emitir carta de preposição indicando o profissional que representará a CONTRATADA ou documento que ratifique que o próprio representante legal da empresa fará a representação e acompanhamento próximo da execução do objeto do contrato.

6.1.4.1 - A carta de preposição deverá ser assinada por quem concede e recebe os poderes de representação da empresa.

6.1.4.2 - O documento de ratificação da representação deverá ser assinado pelo representante da empresa, conforme contrato/estatuto social da empresa ou pelo titular do CNPJ nos casos de “MEI” ou empresas individuais de responsabilidade limitada.

6.1.4.3 - Na carta de preposição ou documento de ratificação de representação deve constar o e-mail e telefone de contato do representante da empresa.

6.1.5 - Qualquer alteração nos atos constitutivos da empresa ou revogação/alteração de poderes de mandatários deverá ser comunicada à Contratante em até 05 dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.

6.1.6 - Indenizar a CONTRATANTE pelo justo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da Instituição ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.1.7 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO CONTRATUAL E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### MINUTA

7.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 - A Presidência da Casa indicará, através de Ato de Designação, representante(s) para atuarem como fiscais e gestores do Ajuste, cabendo-lhes as seguintes atribuições, respectivamente:

7.6.1 - Aos fiscais: Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE se reserva no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por servidores designados, podendo para isso:

7.6.1.1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo de referência e contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.1.2 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

7.6.1.3 - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.1.4 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.1.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.1.6 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **MINUTA**

7.6.1.7 - O(s) fiscal(is) técnico(s) farão a recepção dos serviços e aceitarão o objeto caso esse esteja de acordo com o termo de referência e contrato.

7.6.1.8 - O(s) fiscal(is) técnico(s) trabalhará como interlocutor entre a Câmara e a Contratada.

7.7 - O(s) gestor(es) do contrato coordenará(ão) a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, registros de ocorrências e relatório de regularidade documental nos dossiês de documentação, além da(s) ordem(ns) de serviço(s), alterações e prorrogações contratuais nos processos de acompanhamento do contrato.

7.7.1 - O(s) gestor(es) do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

7.7.2 - O(s) gestor(es) do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.3 - O(s) gestor(es) do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão competente.

7.7.4 - O(s) gestor(es) do contrato atestará as notas fiscais emitidas pela Contratada, em conjunto com o fiscal administrativo ou isoladamente.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

8.1 - Os serviços serão prestados mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

8.2 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica e condições:

8.2.1 - Início da execução do objeto: **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da emissão da ordem de serviço;

8.2.2 - Os serviços serão prestados de forma remota, através de acesso estabelecido em acordo com a CONTRATANTE ao sistema de telefonia da Câmara Municipal de Campinas, no seguinte endereço: Avenida da Saudade, 1004, Ponte Preta, Campinas - SP, CEP: 13041-670;

## MINUTA

8.2.3 - Na hipótese de mudança de endereço do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar a(s) mudança(s) lógicas necessárias em seu escopo de serviço para adequação do ambiente, sem custo adicional à CONTRATANTE;

8.3 - O recebimento provisório do serviço ocorrerá mensalmente. Após a plena disponibilização do serviço, a empresa iniciará a cobrança, por meio da emissão de Notas Fiscais/Faturas mensais, cobrando sempre pelos períodos de serviço já prestados e não cobrados anteriormente.

8.3.1 - O mês de referência de prestação do serviço para efeito de pagamento será sempre anterior ao de emissão da Nota Fiscal/Fatura, com possível exceção para o primeiro e último mês de prestação do serviço.

8.4 - A nota fiscal de serviços deverá ser enviada para a Contratante no e-mail [nfe@campinas.sp.leg.br](mailto:nfe@campinas.sp.leg.br).

8.5 - O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá mediante aceite na Nota Fiscal, emitido pelo fiscal do contrato.

8.6 - Havendo divergências nos serviços executados ou nos valores cobrados (como ausência de glosa devida por quebra de ANS), a nota fiscal será recusada, e a Contratada deverá corrigi-la conforme orientações da Contratante.

## CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - Após o recebimento provisório, a CONTRATANTE receberá a respectiva Nota Fiscal de cobrança, encaminhada pela CONTRATADA ao e-mail [nfe@campinas.sp.leg.br](mailto:nfe@campinas.sp.leg.br), e deverá aceitá-la e atestá-la, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento, ou rejeitá-la e solicitar correções/substituições.

9.2 - A Contratada deverá enviar, junto com a nota fiscal, a seguinte documentação válida e atualizada:

- a) a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente e/ou Estadual;
- c) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

9.2.1 - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

9.2.2 - A Contratada deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz



## **MINUTA**

ou filial) através do qual executará o contrato.

9.2.3 - É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

9.3 - A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação da Nota Fiscal correta, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 9.1.

9.4 - A Câmara Municipal de Campinas providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias corridos após o ateste da Nota Fiscal.

9.5 - O pagamento levará em consideração os descontos (glosas) calculados pelo Acordo de Nível de Serviço (ANS) previstos no Termo de Referência, sendo deduzidos do valor devido para o período.

9.6 - A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada.

9.7 - Estão incluídos no valor total os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a prestação do serviço.

9.8 - Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da Contratante, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 - Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 156 da Lei 14.133/21):

10.1.1 - Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;

10.1.2 - Multa, nas seguintes situações:

### MINUTA

10.1.2.1 - de 1% (um por cento), incidente sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso no cumprimento de obrigações diversas não cobertas pelo ANS, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, após o que, a critério da Contratante, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.2 - de 1% (um por cento), incidente sobre o valor mensal do contrato, no caso de descumprimento da obrigação de apresentar as certidões exigidas na Cláusula Nona ou de regularizá-las no prazo de 10 dias úteis após notificação. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.3 - de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato, no caso de ocorrer duas ou mais glosas em percentuais máximos nos pagamentos mensais, em razão de aplicação dos critérios de Acordo de Nível de Serviço (ANS) previstos no Termo de Referência.

10.1.2.4 - de até 5% (cinco por cento), incidentes sobre o valor total do contrato, por descumprimento de qualquer exigência disposta no Termo de Referência, no contrato ou na lei, não abarcada por outra penalidade mais específica. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

10.1.2.5 - de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo da extinção do ajuste e da aplicação da penalidade do item 10.1.4 (inidoneidade), no caso de apresentação de documento falso ou de conteúdo falso (falsidade ideológica).

10.1.2.5.1 - Caso seja comprovada a idoneidade da documentação originalmente apresentada, será afastada a penalidade do item 10.1.2.5.

10.1.2.5.2 - Caso a empresa comprove não ter havido dolo na apresentação da documentação falsa e reapresente documentação idônea no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, poderá ser aplicada apenas a penalidade de multa, sem cumular a aplicação da penalidade de inidoneidade.

10.1.2.6 - Em caso de extinção do Contrato pela Contratante, decorrente do que prevê os subitens anteriores ou de qualquer descumprimento de outra obrigação da contratada, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

10.1.3 - Impedimento de licitar e contratar com o Município no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3.1 - Nos casos de declaração de impedimento, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 01 (um) ano da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

### **MINUTA**

penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

#### **10.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.**

10.1.4.1 - Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 03 (três) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.2 - No caso de reincidência das condutas tipificadas nas infrações de multa, a Contratante poderá, a seu critério, não optar pela extinção do contrato, hipótese em que deverá multiplicar o percentual de multa previsto, pelo número de infrações cometidas.

10.3 - As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.

10.4 - As penalidades de Advertência, Impedimento e Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas.

10.5 - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar à Contratante.

10.6 - O descumprimento parcial ou total não será considerado inadimplemento se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

10.7 - Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

10.7.1 - A Contratante poderá, a seu critério, considerar a gravidade da infração, os antecedentes da empresa, a conduta da Contratada e de seu preposto na solução de problemas apontados pelos fiscais do contrato, para evocar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas apurações e aplicações das penalidades estipuladas neste contrato, nos casos em que as sanções se mostrem desproporcionalmente gravosas à Contratada se comparadas aos prejuízos que esta causou à Contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

## MINUTA

11.1 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

11.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas do termo de referência ou de cláusulas contratuais;

11.1.2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

11.1.3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

11.1.3.1 - No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, e desde que a CONTRATANTE seja comunicada imediatamente após a referida operação societária, a CONTRATANTE, facultativamente, poderá optar por não rescindir o presente contrato, desde que tal mudança:

a) Não tenha sido efetuada com o intuito de fraudar ao certame licitatório;

b) Não tenha acarretado violação à isonomia dos licitantes, prejuízo à obtenção da melhor proposta por parte da CONTRATANTE ou prejudicado de qualquer outra forma os preceitos do certame licitatório;

c) haja justificado interesse público que autorize tal manutenção; e

d) não prejudique a execução do contrato.

11.1.4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

11.1.5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

11.1.6 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.1.7 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.2 - A extinção do contrato poderá ser:

### **MINUTA**

11.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.2.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.2.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.3 - A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará:

11.3.1 - a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, para fins de pagamento à CONTRATANTE dos valores das multa e de eventuais indenizações por prejuízos sofridos pela CONTRATANTE; e/ou

11.3.2 - a execução da garantia contratual, para ressarcimento à CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA**

12.1 - A CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste contrato, para os e-mails ccon@campinas.sp.leg.br e doc.trabalhista@campinas.sp.leg.br, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento.

12.1.1 - Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia a ser apresentada, dentre as que seguem, nos termos do art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único.

12.1.2 - No caso de apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária, a garantia deverá vigor pelo período de 03 (três) meses a mais em relação à vigência deste contrato;

12.1.3 - No caso de opção pela caução em dinheiro, a garantia será devolvida após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, caso não exista Registro de Ocorrência ou Processo Administrativo em curso.

### **MINUTA**

12.1.4 - Caso a empresa não apresente a garantia no prazo, será retido o seu valor dos pagamentos a que empresa Contratada tem direito.

12.1.5 - A garantia apresentada na modalidade de caução em dinheiro será devolvida mediante requerimento da CONTRATADA, com correção monetária, após a conclusão do objeto do contrato.

12.1.6 - No caso de apresentação de seguro garantia, a CONTRATADA deverá apresentar no prazo de no mínimo 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

12.2 - A CONTRATADA perderá a garantia em favor da contratante se este contrato for rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.

12.3 - Caso haja aditamento de valor contratual, a CONTRATADA deverá complementar a garantia, de forma a manter os 5% (cinco por cento).

12.4 - A garantia deverá ser restabelecida, em sua totalidade, caso seja utilizada ou se torne insuficiente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1 - Do Sigilo e Confidencialidade:

13.1.1 - A Contratada obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da Contratante, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato.

13.1.2 - A Contratada reconhece que as referidas informações constituem propriedade exclusiva da Contratante, que não poderão ser cedidas, divulgadas ou copiadas a terceiros.

13.1.3 - A obrigação de sigilo e confidencialidade permanecerá em vigor por prazo indeterminado, mesmo após o término deste Contrato.

13.2 - Da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

13.2.1 - As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

## **MINUTA**

13.2.2 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

13.2.3 - A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

13.2.4 - A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

13.2.5 - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

14.1 - O presente contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico nº XX/2026", homologada pelo Exmo. Sr. Presidente da CONTRATANTE, conforme protocolo interno CMC-ADM-2026/00156, sujeitando-se os Contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, **especialmente nos casos omissos.**

14.2 - Integram o presente contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência, os Estudos Técnicos Preliminares e todos os atos e termos referentes ao protocolo interno CMC-ADM-2026/00156.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

15.1 - A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, em extrato, no Diário Oficial do Município de Campinas, conforme artigos 174 e 175 da Lei 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outros sejam.

16.2. A data de assinatura será certificada por servidor lotado na Central de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Campinas, por meio de certidão a ser juntada no subprocesso do contrato

**MINUTA**

CMC-ADM-2026/00156.01, conforme a data em que o último representante de uma das PARTES qualificada no preâmbulo assinar o contrato.

16.3. E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, assinado digitalmente e incluso no processo de contrato vinculado e criado a partir do processo administrativo CMC-ADM-2026/00156.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

LUIZ CARLOS ROSSINI  
Presidente da Câmara Municipal de Campinas  
CONTRATANTE

(Representante Legal da Empresa)  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2 - \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÕES

**Processo CMC-ADM-2026/00156.**

Pregão Eletrônico nº 12/2026.

EU \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), participante do **PREGÃO ELETRÔNICO** \_\_\_\_\_ realizado pela Câmara Municipal de Campinas, **DECLARO** sob as penas da lei:

- a) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que o LICITANTE está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- c) **Que não possuímos em nossos quadros administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.**

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante